

**Os jovens e o consumo cultural na contemporaneidade:  
uma questão de subjetividade cidadã e formação histórica**

*Young people and cultural consumption in the contemporary age:  
a question of citizen subjectivity and historical formation*

**Raquel Alvarenga Sena Venera**  
UNIVILLE  
raquelsenavenera@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa em andamento, intitulado “Jovens”, cujo objetivo é investigar a construção da subjetividade cidadã e da formação histórica dos jovens considerando os sentidos de identificações e memórias coletivas que esses constroem a partir dos consumos culturais contemporâneos. Em especial, o recorte deste artigo foca os estudos, que têm identificado as divergências conceituais e epistemológicas entre as pesquisas sobre a consciência história, e àqueles que sustentam as pesquisas sobre a construção das subjetividades e singularidades relacionadas ao tempo, memória e identificações juvenis.

Palavras-chaves: Educação, Cultura, Juventudes, Subjetividades, Ensino de História

*Abstract: This paper is a part of a project entitled “Youth”, whose objective is to investigate the subjectivity construction in the historical formation of the young people considering the meaning of identification and collective memory that are built through the contemporary cultural consumption. This paper focuses on the studies that have been identified the conceptual and epistemological differences among the researches about the conscious history and those that support the researches about the construction of subjectivity and uniqueness and the ones related to time, memory and young identification.*

*Key words: Education, Culture, Young people, Subjectivity, History Teaching.*

## Introdução

Este artigo é o esforço de problematizar a forma como os jovens têm sido interpretados em pesquisas que o colocam como protagonistas, especialmente aquelas relacionadas à forma como esses jovens pensam e decidem suas ações no tempo. Entender como eles se comportam diante de questões sociais que exigem explicitamente uma identidade cidadã, parece ser a principal expectativa dos educadores. As políticas educacionais, cada vez mais, e de diferentes maneiras, tem apontado o principal objetivo da educação escolar – a construção de cidadania. Dos jovens, estudantes que estão no término da

Educação Básica, na ponta deste artefato cultural construtor de identidades cidadãs, são exigidos os resultados esperados no final do processo – a cidadania plena, o autogoverno, a autonomia, as decisões conscientes, políticas e participativas. Identidades formadas, mais ou menos fixas, domadas, úteis, na melhor hipótese, preparadas para grandes escolhas profissionais no Ensino Superior, para o primeiro emprego, para o consumo consciente etc.

Esta “maquinaria<sup>1</sup>” ou artefato didático da cultura escolar a favor dos interesses estatais vem sendo pensada há séculos sob a esfinge de um sujeito do conhecimento e da razão, entendido em uma lógica moderna de pensamento, assim como foram pensados os Estados e suas instituições. Não é nenhuma novidade os estudos de Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992), mas também, não é demais lembrar a forma como as instituições escolares foram sendo inventadas como um conjunto de saberes e técnicas próprias do seu interior – arquitetura, currículo, planejamentos, saberes ensinados, formação de corpos técnicos etc – engendrados em relações com cultura de seu exterior – saberes jurídicos, médicos, assistentes sociais etc, e que amalgamados constituíram-se o que conhecemos hoje como escolas.

De forma semelhante, pesquisas mais recente mostram que o assunto ainda está longe de se esgotar. Estudos dessa natureza vêm sendo construídos especialmente na História da Educação e, nesta área, também não são novidades e nunca são demais serem lembradas, as análises de Dominique Julia que apontam para a ampliação dos estudos sobre cultura escolar relacionando com culturas externas aos muros da escola (2001). Nesta cultura escolar, historicamente as instituições têm organizado uma lógica de construção temporal e espacial para as crianças e jovens comprometida com a construção de identidades úteis ou produtivas. Faz parte deste artefato uma organização do tempo e do espaço que expressa às crenças nas concepções de aprendizagem, mas também nos compromissos com as políticas culturais destinadas a construção dessas identidades.

Interessado em outro objeto, mas dialogando com a História da Educação as pesquisas sobre o Ensino da História tem mostrado que no interior desse tempo escolar, forjado nesta cultura específica, têm se ensinado sobre outros tempos. Sentidos de tempo histórico linear, na maioria das vezes, mas também sentidos de sobreposições de tempos, de recuos de avanços, de duração, de rupturas e simultaneidade, enfim, é no interior do tempo escolar que

---

<sup>1</sup> Expressão cunhada por Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria para denominar o conjunto de dispositivos disciplinares inventivo para ‘civilizar’ os filhos dos trabalhadores.

se ensina outros sentidos do tempo histórico (OLIVEIRA, 2000; 2006).

E, junto ao sentido de tempo, as pesquisas sobre o Ensino de História tem se preocupado também em interpretar os sentidos de memória que circulam nesses espaços escolares (MIRANDA, 2007). O entendimento sobre com as crianças e jovens elaboram os sentidos de tempo e operam esses sentidos com o passado seria, em tese, a clareza de como a História ensinada nas escolas pode contribuir na construção desse cidadão crítico, participativo, e principalmente consciente da sua História, ou seja, aquele jovem capaz de se orientar a partir de uma interpretação temporal de seu mundo e de si mesmo, significando sua existência, o Outro, o grupo e outros grupos, decidindo ações no presente, na sua vida prática, relacionadas intencionalmente por operações mentais desta interpretação temporal – objetivo fundamental da Educação Básica. Todas essas pesquisas, as investigações sobre essa consciência, no campo do Ensino de História, partem da idéia universal de racionalidade, de um sujeito da razão, entendido a partir de entendimentos sobre a consciência.

As pesquisas sobre a consciência histórica dos jovens

O uso do conceito “consciência Histórica” tem sido utilizado nas pesquisas sobre o Ensino de História a partir da teoria da História alemã, especialmente nas obras do autor Jörn Rüsen. Essas pesquisas possuem como fundamento uma trilogia – Teoria da História: princípios da pesquisa histórica – traduzida pelo historiador Estevão de Rezende Martins, da UNB, composta pelas obras “Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica” (RÜSEN, 2001); “Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica” (RÜSEN, 2007); e “História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico” (RÜSEN, 2007), sendo que a primeira obra da trilogia caracteriza-se como a mais citada nas pesquisas sobre o tema. Juliana Pirola faz um breve levantamento dos pesquisadores que investigam a consciência histórica a partir desse referencial e que tem se destacado no Brasil, como Maria Auxiliadora Schmidt, Luis Fernando Cerri, Sandra Regina Oliveira, Marlene Cainelli entre outros. (PIROLA, 2010)

Jörn Rüsen traz em sua obra um referencial teórico completo em que junta a relação entre produção do conhecimento Histórico e História escolar em relação às demandas da vida prática. Tradicionalmente o Ensino de História tem se fundamentado nessa questão a partir dos estudos franceses em função das pesquisas em História da Educação, todavia, no caso

alemão, diferentemente dos franceses, a teoria citada dá conta, também, de uma explicação cognitiva em relação à construção da consciência histórica – intenção pedagógica da disciplina escolar. O autor atribui, então, à História a função de formação histórica. Teria ela mesma, uma função didática de orientação. E a consciência histórica é a materialização dessa operação da História em sua função didática.

Para o autor ela, a consciência histórica, é uma operação mental de interpretação de experiências da vida prática capaz de orientar intencionalmente no tempo. Segundo o autor

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretação das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. (RÜSEN, 2001, p. 59)

O ponto em que o autor coloca a operação da História, como ciência de referência da História ensinada, na vida prática, a produção da consciência histórica como orientação da vida prática, é o ponto onde a provisoriedade da História se faz e a possibilidade de interpretação constante se processa. Desta forma, a consciência histórica é algo difícil de ser apreendida em uma pesquisa e impossível de ser cristalizada no tempo. Ou seja, a operação da consciência histórica se faz necessária a cada vez que a tradição não basta para responder as questões da vida prática. Sempre que a orientação temporal passada, aquilo que se tem em tese, não responde as perguntas do presente. Para Rüsen a necessidade de se orientar temporalmente é universalmente humano e o tempo que aciona esse movimento é o presente. É uma função também dialética.

Peter Lee, pesquisador do Instituto de Educação da Universidade de Londres, que se preocupa com a Educação Histórica e que utiliza o conceito proposto por Jörn Rüsen explica essa dialética em funcionamento. (LEE, 2002, p. 9) E, na mesma esteira de investigação, a pesquisadora da Educação Histórica no Brasil, Maria Auxiliadora Schmidt conceitua a consciência histórica como

o local em que o passado é levado a falar e este só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação na vida prática atual, diante das suas experiências no tempo. Trata-se de uma lembrança interpretativa que faz presente o passado, no aqui e agora. (SCHMIDT, 2008, p. 85)

Este presente que sempre apresenta uma demanda garante o movimento dialético da consciência histórica que se processa nos tipos de consciência que se elabora no gesto de interpretar o passado. Isso trás pistas sobre o que ensinar na História escolar. Não se trata de uma transposição didática (apenas de ser esse o conceito que Rüsen trabalha) entre a História produzida e a ensinada, no sentido de que não é preciso ensinar um contexto metahistórico aos alunos, mas dar possibilidades de se fazer inserções em passados diversos e interpretações às evidências do passado. Ou seja, apesar o autor usar o termo “transposição” ele trabalha com o sentido de “interpelação” da História no gesto de criação dos conhecimentos históricos escolares. Lee explica essa intenção didática dizendo:

O objetivo é permitir aos estudantes entender (por exemplo) como a significância é atribuída a eventos e processos no passado, para que eles possam avaliar tais atribuições e relacioná-las as suas próprias questões e interesses, e não ensiná-los uma ‘grande narrativa’ dada. (LEE, 2002, p. 23)

Ele propõe que o Ensino de História possibilite aos estudantes um aparato para a compreensão temporal de suas experiências no presente. Ensinar uma História com um grau de flexibilidade para as interpretações e orientações no tempo. Lee defende a idéia de que se deve dar aos estudantes algum senso de onde eles se encontrem em relação ao passado e suas intenções e orientações para o futuro.

Rüsen fala em três operações do Ensino de História e Lee retoma essas operações explicando: (LEE, 2002, p. 15)

1ª operação - Quando o “aprendizado histórico é o crescimento na experiência obtida do passado humano”

2ª operação – Quando o aprendizado histórico “aumenta a competência para encontrar significado”, daí vem uma mudança na interpretação do passado.

3ª operação – Quando o aprendizado histórico é um “aumento na capacidade de orientar”

Ou seja, as três operações se fundamentam na noção de orientação no tempo através da interpretação do passado, expressas especialmente nas narrativas dos estudantes e coloca o Ensino de História como fenômeno constituinte da consciência histórica. Pautadas nas idéias de Rüsen, as historiadoras Marizete Lucini, Sandra Oliveira e Sonia Miranda dizem que as narrativas históricas produzidas no Ensino da História são a materialização de

uma operação intelectual originada nas questões do presente em relação ao passado” [...] “Assim, ao ser mobilizada pela narrativa, a memória torna presente o passado, promovendo uma articulação entre passado rememorado pelas questões do presente em virtude de intenções de agir para o futuro, caracterizando-se pela continuidade (LUCINI; OLIVEIRA; MIRANDA, 2007, p. 25)

A narrativa, então, expressa a forma como o passado vem sendo tomado como fator interpretativo de situações do presente e de orientações para o futuro e de construção de identidades. A consciência histórica vem sendo estudada no bojo das questões de identidade e racionalidade. A preocupação principalmente com a questão da juventude e como esta tem se envolvido em uma formação histórica, que além da História ensinada também conta com os consumos midiáticos, viagens e outras informações que convergem com as produções da História, e como, através dela têm tomado a consciência histórica como orientadora no tempo presente incide, em verdade na construção de identidades.

A pesquisa que foi coordenada por Peter Lee, “Juventude e História” (2002) contou com 32 mil estudantes em mais de 25 países e o escopo de sua importância conta com o fator identitário especialmente. Na esteira desta pesquisa em Portugal José Machado Pais publicou a obra “Consciência Histórica e Identidade. Os jovens Portugueses num contexto Europeu” (1999), onde analisa como as identidades juvenis ao convocar a consciência histórica na união entre passado e presente. Eles percebem que os jovens europeus em grande medida valorizam o significado da História como fonte de interpretação do passado no sentido exemplar, para que não mais aconteça. Isso lhes assegura uma identidade de ruptura com as tradições e valores do passado.

Ainda em Portugal esse tipo de pesquisa tem ressonância nos estudos de Isabel Barca, na obra “O pensamento Histórico dos jovens” (2000), que foi sua tese de doutorado, mas se estende a outras pesquisas já publicadas no Brasil como a “Marcos de consciência Histórica de jovens portugueses” (2007), que tem como interesse as exigências práticas da vida dos jovens que se baseiam exclusivamente em sentimentos de identidade. Esta pesquisa de Isabel Barca se compara a pesquisa de Maria Auxiliadora Schmidt materializada no artigo “Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de Jovens brasileiros” (2008). Ambas utilizam instrumentos de pesquisas semelhantes e buscam perceber os usos do tempo e do conhecimento histórico dos jovens em situações de identidade.

A pesquisa, que foi coordenada pela pesquisadora Ernesta Zamboni, da Unicamp, “Peabiru: Ensino de História e Cultura Contemporânea”, agregou pesquisadores de 5 Universidades do sudeste e sul brasileiro e a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) na Argentina, também possuía interesses na constituição da consciência histórica de jovens, especialmente inseridos na cultura contemporânea eminentemente midiática. Foi uma pesquisa que se configurou em um mapa comparativo da construção de identidades juvenis em situações de formação histórica especialmente aquelas que envolvem o Ensino de História, em parte do Brasil e Argentina.

São diversas as pesquisas neste campo, mas o que intersecciona esses trabalhos é o referencial teórico que se configura a consciência histórica. Ele oferece, a partir do pensamento racionalista alemão, um olhar sobre o Ensino de História e sua relação com a construção da identidade e o que dela consiste na busca e significação de memórias e na orientação temporal. Observa-se que estes estudos ganham uma dimensão de destaque na área justamente em um momento contemporâneo de muita fluidez, com referenciais de memória, tradição e passado muito frágeis e necessidades de revisões nos campos de produção do conhecimento, especialmente da História e da Educação. Isso demanda novas criações de saberes, de domínios de saberes, de formas de afetos sobre o mundo, sobre as juventudes e a forma como eles apreendem sobre seu passado e constroem suas subjetividades e percepções de existência.

Os jovens na vida prática. Que jovens? Que vida? Que prática? O que as pesquisas sobre juventudes mostram

As pesquisas que focam o conceito “consciência histórica” afirmam que a provisoriamente das interpretações da História, ou o movimento da narrativa histórica nas escolas é garantida porque a operação da consciência histórica se faz necessária a cada vez que a tradição não basta para responder as questões da vida prática. Seria então oportuno perguntar quem são os jovens pelos quais estão sendo interpelados por esta História ensinada e qual são as suas vidas práticas? Quais questões os levam a acionar os sentidos de tempo e memória? O que os levam a essa interpretação temporal?

Evidente que essas inquietações estão no campo do plural e não possuem respostas singulares, assim como irão variar a cada grupo e escola posicionada frente a essas questões.

No entanto, esta pesquisa se dedicou a montar um breve mapa do campo de estudos sobre juventudes na América Latina na tentativa de localizar o que existe de regularidades dentro dessa pluralidade juvenil que possa se constituir como ponto agregador ou integrador que dê pistas sobre a forma como os jovens interpretam o tempo e a memória e como se constroem em subjetividades cidadãs em sua formação histórica. O que há de regular na “vida prática” desses jovens, se é possível falar em regularidade na cultura juvenil.

Alguns trabalhos são bastante comuns no campo da História e problematizam a categoria juventudes no próprio tempo. Preocupam-se com a emergência dos jovens no cenário político de diferentes lugares em diferentes tempos. Beatriz Sarlo é lembrada especialmente em sua obra “Cenas da vida pós-moderna” onde ela relativiza o conceito juventudes e os sentidos dele no tempo. Na mesma direção, Carles Feixa (2006) organiza os sentidos sobre juventudes a partir de uma série de interpretações sobre as gerações, separadas alfabeticamente, com a intenção de mostrar um jogo de olhares pelos quais se estabelece hoje os silêncios e as falas sobre os jovens. Por esse caminho temporal, também Jon Savage historia o uso publicitário do termo *teenager*, datando o fenômeno em meados do século XX, que definiu o jovem como um consumidor em potencial, além de ser criador e disseminador de novos consumos e formas e consumos. Ele passeia em vários tempos e espaços, iniciando ainda no século XIX com alguns registros na Europa, foca os sentidos de delinquência juvenil, o engajamento político desde a juventude Hitlerista, o swing e Zazous, os recrutas relutantes e heróis socialistas, as bandas de jazz e os consumidores potenciais até o triunfo do *teenager*.

Esses trabalhos que localizam os sentidos de juventude no tempo são importantíssimos para lembrar que as análises que naturalizam o jovem ou fixa o sentido de juventude cronologicamente parece não contemplar as especificidades do próprio jovem. No entanto, parece haver ainda “mais, a saber,” sobre os jovens na contemporaneidade, além do seu passado.

Não se tem dúvidas de que após a segunda guerra a juventude ocupou espaços sociais em diferentes campos, o destaque das juventudes nas ciências, na igreja, na mídia, no mercado é cada vez mais evidente e, por outro lado, este fenômeno consolida os discursos estatais tanto jurídicos, como escolares e aqueles relacionados ao mundo do trabalho. De acordo com o IBGE temos no Brasil 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil. Isso significa dizer que nunca tivemos tantos jovens entre nós, e, de acordo com os índices de



natalidade que a mesma instituição apresenta, não teremos nos próximos anos a repetição deste fenômeno. Vivemos na atualidade a necessidade de interpretar as juventudes em uma pluralidade e superar a antiga significação da fase de transição entre a infância e a fase adulta.

Este fenômeno social acompanha a tendência latino-americana. Rosangela Barbiani alerta para o perfil demográfico da América Latina em sua dimensão expressivamente juvenil e vulnerável pelo empobrecimento estrutural. Ela destaca que

Na sociedade globalizada econômica e culturalmente, entretanto, já não é possível ou suficiente fazer simples comparações de época. A centralidade da juventude nesse contexto é discutida (mais do que requerida) à luz da crítica às posições tradicionais e extremistas que ora situam os jovens como redenção da humanidade, ora como ameaça ou desvio à ordem social posta (BARBIANI, 2007, p. 142).

Nesse sentido, os trabalhos de Barbiani (2007) e da mexicana Rossana Reguillo (2003) foram de extrema importância nesta pesquisa porque elas, em certa medida, apresentam um mapa de produções na área, cada uma a partir de seus objetivos de pesquisa. Ambas desvelam um riquíssimo campo de estudo especialmente em países como Colômbia, Chile, México e Argentina, algumas utilizações de referenciais europeus, e uma produção brasileira muito tímida, e ambas localizam a grande parte dos estudos sobre juventude, na rede dos Estudos Culturais, e, obviamente, a determinação nômade, fluida do objeto pesquisado.

Por um lado, o trabalho de Barbiani organiza as publicações na área em duas grandes categorias, porém intencionalmente ou não, no desenvolvimento do texto ela acaba criando um terceiro desdobramento no interior da segunda categoria. Em uma primeira grande categoria, ela percebe aqueles trabalhos que centraliza a juventude nos cenários sociais contemporâneos. O protagonismo do jovem, segundo a autora, aparece “colado” a questões identitárias. Ora ele aparece como sujeito político, ou social ora como sujeito cultural ou ainda passivo aos interesses dominantes. “Ocupam espaço significativo as reflexões críticas acerca da forma como o Estado vem gerindo as políticas, no tensionamento com as necessidades e direitos desse segmento social” (BARBIANI, 2007, p. 141). E, em uma segunda grande categoria ela junta os trabalhos com a designação “culturas juvenis”, como um grande “guarda-chuva”. São trabalhos que potencializam a legitimação da categoria juventudes como campo de conhecimento, com estatuto epistemológico próprio.

Ao analisar esse conjunto de reflexões ela acaba por abrir uma terceira categoria, mas

na verdade ela chama “regularidade” quando afirma que “a *juventude* é insuficiente para englobar o ser jovem” (BARNIANI, 2007, p. 142), e elenca trabalhos que mediam a *condição juvenil* com a categoria *consumo*.

Semelhantemente, Reguillo defende as culturas juvenis como um campo de estudo, e, portanto, um campo detentor de categorias, conceitos, desenhados por um grupo de pesquisadores incitados por uma agenda de investigação desafiadora. Segundo a autora, este campo supera o pensamento que delimita as idades por características biológicas ou um “estado” de transição e aponta 3 elementos que dão sentido e especificidade ao mundo juvenil: “la realización tecnológica y sus repercusiones de la sociedad, la oferta y el consumo cultural y el discurso jurídico”(REGUILLO, 2003, p. 105).

Em consonância aos pesquisadores que mediam a condição juvenil com a categoria consumo, Reguillo defende a (re)definição do termo cunhado por Renato Rosaldo – “cidadania cultural”. Esta argumentação é possível a partir de um caminho de investigação dos pesquisadores deste campo que vem sendo instigados tanto por conceitos como “*habitus*” de Pierre Bourdieu, as proposta de “sujeitos ativos” de Giddens, as subjetividade proposta por Habermas, a fenomenologia de Husserl, ou seja, por diferentes caminhos esses pesquisadores vêm, ao longo de suas trajetórias, privilegiando vertentes interpretativas de estudos e incorporando, de diversas maneiras, o reconhecimento do protagonismo dos jovens, sua capacidade de negociar com as instituições e os modos ambíguos pelo qual se relacionam com as estruturas dominantes.

Especialmente em destaque para o período do final da década de 1980 e início da década de 1990 as pesquisas sobre a condição juvenil tem-se focado na perspectiva dos Estudos Culturais. Em destaque neste empenho se têm os trabalhos do mexicano Carlos Monsiváis (1988) que investigou a compreensão das formas culturais das juventudes. Além do destaque dos trabalhos do colombiano Jesús Martín-Barbero ele cita, ao falar sobre o campo da pesquisa, o trabalho de Nestor Garcia Canclini (1995) no México e sinaliza o primeiro livro sobre os jovens das gangues urbanas juvenis sob o ponto de vista da cultura do também colombiano Alonso Salazar (1990) na obra “No nacimos pa’ semilla”. Nesta mesma perspectiva estão os trabalhos dos venezuelanos José Roberto Duque e Boris Muñoz (1995), dos argentinos Mario Margulis e Marcelo Urresti e da mexicana Rossana Reguillo. Estes e outros autores não esgotam o acumulado de produções sobre juventudes nesta rede chamada Estudos Culturais na América Latina, mas são um recorte bastante expressivo que apontam

algumas regularidades que podem ser pistas para o entendimento das questões sobre a formação histórica e a construção subjetiva da cidadania da forma como até agora vem sendo entendida.

Apesar do reconhecimento das pesquisas anteriores foi no empreendimento dos Estudos Culturais que esse campo de pesquisa parece ter encontrado suporte epistemológico para interpretação dos jovens na contemporaneidade. Esse local teórico crítico fez aparecer necessidades de atualização dos referenciais teóricos racionalistas que até então sustentaram as análises sociais. Segundo Reguillo “los esquemas explicativos procurados desde lãs ciências sociales son insuficientes ya para dar cueta de los acelerados câmbios que se han operado, es urgente repensar muchas de lãs afirmaciones que se han hecho” (2003, p. 115).

Por caminhos muito semelhantes Barbero escreve sobre a evidência de uma experiência juvenil relacionada ao consumo midiático e a violência urbana que tem aparecido nas pesquisas latino-americanas. Uma “des-ordenamento cultural”, que ele localiza a partir dos seguintes ângulos:

da defasagem da escola em relação ao modelo social de comunicação que foi introduzido pelos meios audiovisuais e pelas ‘novas’ tecnologias; e da emergência de novas sensibilidades, nas quais se encarnavam, de forma ‘precipitada’ e desconcertante, alguns dos traços mais fortes da mudança de época (BARBERO, 2008, p. 11).

Neste descompasso entre um modelo de pensamento que é determinante tanto no modelo de escolas, escolhas metodológicas nas pesquisas, assim como nos modelos das políticas para os jovens e a emergência de novos signos e sensibilidades de percepção e apropriação do mundo, Reguillo sugere em sua agenda, a partir do pensamento de Ibañez “pensar juntos El pensamento com El que pensamos” (2003, p. 116)

A questão epistemológica... à guisa de uma decisão de pesquisa

A aproximação com os Estudos Culturais radicaliza o direcionamento teórico no sentido de que a crítica seja entendida como um conjunto de pensamentos e procedimentos que faça aparecer no pensamento moderno, racionalista, aquilo que ele pode contribuir na interpretação dos objetos, mas também aquilo que ele pode inibir. Diante das interpretações sobre culturas juvenis, que já estão disponíveis no universo acadêmico, não restam dúvidas de

que existe uma evidência, apesar das diferenças contextuais entre os jovens de diferentes países latino americanos, em diferentes situações sociais, de uma variável comum entre eles que é o consumo de mídias. Por esta razão, observa-se uma mudança na percepção de tempo, espaço, grupos e apropriações nômades sobre a existência no mundo. E neste contexto a mediação musical e áudio visual tem se destacado entre os consumos que mais inferem sentidos nas interpretações do mundo por esses jovens.

Neste sentido, o desafio epistemológico está no reconhecimento de que as antigas formas e modelos de pensamento racionalista são caminhos pelos quais a limitação para pensar sobre esses jovens está explícita, no entanto, sem eles, não há possibilidades de iniciar o pensamento. O peso dos estudos sobre consciência, desde os estudos de Marx, está na importância cognitiva da questão, porém, esses estudos não deixaram de dizer, mesmo que em menor ênfase, outros modos de consciência como o estético e o religioso. Neste aspecto, é uma pista de que a importância também do conceito de subjetividade, onde a consciência não alcança, onde ela está ausente, precisa ser considerada. No interstício entre a consciência e os processos de subjetivação pode estar os aportes epistemológicos capazes de indicar caminhos interpretativos para as formas de percepção e experiência com o tempo, a memória no mundo juvenil contemporâneo.

A questão sobre as tensões entre o universal e o particular torna-se evidente. O sentido universal do sujeito da consciência e da razão é posto em xeque pelos particularismos que os grupos juvenis materializam e esses por sua vez, não podem ser ao menos lidos e interpretados sem alguma racionalidade. Esta tensão não será resolvida e as idéias de Laclau (2001) sobre as tensões entre o universalismo e particularismo podem apontar caminhos neste momento da pesquisa. A idéia universal de sujeito racional é o campo simbólico de uma plenitude sempre ausente, enquanto que o particular, o misto de diferenças juvenis, de jogos de identificações nesses terminais de consumos, existe apenas no movimento contraditório de afirmar uma identidade diferencial e cancelá-la no instante da sua subordinação em um meio não-diferencial. No entanto, será preciso entender como funciona esse jogo simbólico de consumo e produção de novos de consumos para, em um segundo momento desta pesquisa, ouvir os jovens, propondo não narrativas pautadas apenas na lógica racional de pensamento, mas, questões que envolvam a expressão da experiência com o tempo, em especial àquelas que envolvem o consumo tecnológico capazes de indicar as redes, as interfaces da construção de subjetividades juvenis.

E nesta postura de atualizações dos conceitos, a construção de subjetividades pensada por Guattari e Rolnik (1999) pode apontar novas leituras para a consciência na interface entre aquilo que é apreendido e reproduzido socialmente pelos jovens e aquilo que é singular enquanto formas perceber, criar e sentir o mundo. Os autores sugerem uma atualização do velho conceito de “homem da razão” quando falam de processos de subjetivação como imanência em um contexto de constante “estar sendo” – envolvidos em uma cultura de massa, em movimento e fluidez, sempre produzidos por novas tecnologias disciplinares.

A partir das considerações apresentadas nas pesquisas sobre juventudes na América Latina é explícito o entendimento de subjetividades como terminais de consumo em processos de individuação e é interpelado pela “produção de subjetivação”. Trata-se de uma dinâmica dupla. Por um lado, uma fabricação de maneiras de perceber, de sentir o mundo, de desejar as opções a serem consumidas no mercado da cultura *capitalística*. Os autores sugerem máquinas de “produção da subjetividade”, sendo que, segundo eles, podem variar conforme a necessidade dos sistemas culturais que, por exemplo, os mais tradicionais fabricam suas subjetividades nas etnias, nas associações, em uma casta, e os sistemas de maior velocidade temporal têm na produção industrial e midiática as suas máquinas de construção de subjetividades.

Para os autores, tudo o que nos chega pela linguagem e pelas instituições como a família, a escola e a igreja, não é apenas uma questão de idéia, ou de identidades disciplinadas no corpo. São “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATARRI; ROLNIK, 1999. p. 25). Por outro lado, no limiar do “processo de individuação” e do “processo de subjetivação”, os jovens são interpelado pela produção de subjetivação e pelos agenciamentos coletivos de enunciação e torna-se uma multiplicidade. É nesta lacuna onde a multiplicidade acontece, no movimento de criação de novas sensibilidades que novas percepções e experiências com o tempo e memória podem ser visíveis.

Guattari e Rolnik lêem o conceito de ideologia na esfera da representação e possuem o cuidado de, também, não se colocarem no binarismo falso/verdadeiro a que foi atribuído o conceito. Empenhados no desafio de atualização dos conceitos tradicionalmente construídos no pensamento moderno, os autores preferem não utilizar a palavra ideologia. Portanto, entendem que as análises que envolvem a cultura de massa exigem algo que possibilita pensar

na sensibilidade, na percepção, nas fantasias imaginárias, algo que esteja na esfera da micropolítica. Trocam o conceito de ideologia por “produção de subjetivação”. “Ao invés de ideologia, prefiro falar sempre em subjetivação, em produção de subjetividade” (GUATARRI; ROLNIK, 1999. p. 25). A intenção é de sair da lógica da representação e se posicionar a micropolítica, possibilitando pensar para além da linguagem, enquanto sistema que nomeia as coisas, que representa o exterior a elas como um conjunto de significantes que compõem uma estrutura geral. Para sair dessa limitação do conceito tradicional de linguagem, eles preferem não falar em linguagem e adotam o termo “agenciamento coletivo de enunciação”.

Por este caminho de atualizações ao invés de sujeito, temos um campo de subjetividades, e esse pressupõe uma multiplicidade de agenciamentos. A partir dessas subjetividades que agenciam enunciados, os autores possibilitam pensar dois movimentos possíveis. No primeiro, ao viver sua subjetividade os jovens podem ser interpretados como uma paráfrase, utilizando um termo da lingüística, permanecem submetidos à subjetividade tal como a recebe, assumindo a alienação e a opressão, repetindo o mesmo. No segundo movimento, os jovens podem ser interpretados como uma polissemia, ou seja, apropriam-se dos componentes da subjetividade, valendo-se da *expressão* e *criação* e vive o “processo de singularização”, criando novos sentidos para o mesmo. Esses dois movimentos são intercambiáveis em um mesmo corpo e “duplamente descentrados”.

Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquímicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, intrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.) (GUATARRI; ROLNIK, 1999. p. 31).

Considerando essa descentralização constante, podemos afirmar que o segundo movimento – “processo de singularização” – é imanente ao primeiro movimento – processo de subjetivação. Essa imanência justifica a preferência conceitual dos autores entre ideologia e produção de subjetividades. Ao trocar o conceito tradicional da linguagem por “agenciamento coletivo de enunciação”, eles estão considerando que “apesar dos sistemas de

equivalência e de tradutibilidade estruturais, vai incidir nos pontos de singularidade, em processos de singularização que são as próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade” (GUATTARI; ROLNIK, 1999. p. 28).

Essas reflexões trouxeram apontamentos para tomadas de decisões neste momento da pesquisa: a necessidade de construir instrumentos de pesquisa menos racionalista – que identifica o sujeito como sujeito do conhecimento e que vem reduzindo os jovens apenas a “sujeitos do aprender” –, e mais engajado nas sensibilidades que conferem as diferentes linguagens juvenis.

## Referências

BARBERO, Jesús-Martin. A mudança na percepção da juventude: socibilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H. S; FILHO, João Freire (Org.). *Culturas Juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008.

BARBIANI, Rosângela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 6 n. 1. Jan/jun 2007.

BARCA, Isabel. Marcos de consciência Histórica de jovens portugueses. *Revista Currículo Sem Fronteiras*. v.7, n.1, Jan/Jun 2007.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Histórico dos Jovens. Ideais dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*. Tese (Doutorado em Educação e Psicologia). Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio do Janeiro: UFRJ, 1995.

DUQUE, J.R.; MUNÓZ, B. *La ley de la calle: testimonios de jóvenes protagonistas de la violencia em Caracas*. Caracas: Fundart, 1995.

FEIXA, Carles. *Generación XX. Teorias sobre la juventud em la era contemporânea*. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Niñez y juventud*. V. 4, n. 2, 2006.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Sueli. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. *Revista Brasileira de História da*

Educação. n. 1. v. 1, p. 9-43, jan-jun. Campinas: Autores Associados, 2001.

LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a Questão da identidade. In: MENDES, Candido.(Cord.). Pluralismo cultural: identidade e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEE, Peter. Retrocedendo para o amanhã. Consciência Histórica e Entendimento da História. Relatório de Pesquisa. Instituto de Educação da Universidade de Londres. Nova Orleans: Encontro Anual da Associação de Pesquisa educacional Americana, 2002.

LUCINI, Marizete; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira; MIRANDA, Sonia Regina; Na esteira da Razão Histórica: olhares e diálogos com a obra de Jörn Rüsen. In: ZAMBONI, Ernesta. (Org.). Digressões sobre o Ensino de História. Memória, História Oral e Razão Histórica. Itajaí: Maria do Cais, 2007.

MIRANDA, Sonia Regina. Sob o signo da Memória. Cultura Escolar, Saberes Docentes e História Ensinada. São Paulo: Unesp; Juiz de Fora: UFJF, 2007.

MONSIVÁIS, Carlos. Escenas de pudor y liviandad. México: Grijalbo, 1988.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. A noção de tempo Histórico na criança: um estudo sobre a noção do passado, das idéias espontâneas relativas à história da civilização e da relatividade dos conhecimentos e julgamentos históricos em crianças de 7 a 10 anos. Dissertação. (Mestrado em Educação). Marília, Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2000.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Educação Histórica e a sala de aula: o processo de aprendizagem em alunos dos anos iniciais do ensino Fundamental. Tese. (Doutorado em Educação). Campinas, Universidade do Estado de São Paulo UNICAMP, Faculdade de Educação, 2006.

PAIS, José Machado. Consciência Histórica e identidade. Os jovens Portugueses num contexto Europeu. Lisboa: Celta, 1999.

PIROLA, Juliana. Ensino de História e consciência histórica latino-americana no Colégio de Aplicação da UFSC. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Centro de Ciências da Educação, 2010.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: um campo de estúdio; breve agenda para la discusión. Revista Brasileira de Educação n.23 Mai/jun/jul/ago 2003.

RÜSEN, Jörn, História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico Brasília: UnB, 2007b.



RÜSEN, Jörn, Razão Histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn, Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007a.

SARLO, Beatriz. Cenas da Vida Pós-moderna. Intelectuais, Artes e videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SAVAGE, Jon. A criação da Juventude. Como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

REGUILLO, Rossana. Las culturas juveniles: um campo de estúdio; breve agenda para la discusión. Revista Brasileira de Educação n.23 Mai/jun/jul/ago 2003.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora M. S. Perspectivas da Consciência Histórica e da Aprendizagem em Narrativas de Jovens Brasileiros. Tempos Históricos. v. 1, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. EDUNIOESTE. 2008.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. Revista Teoria & Educação, n. 6. Dossiê História da Educação. Porto Alegre: Pannonica, 1992.

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)